

**Parecer nº 175/99**

Data: 1999.10.20

Processo nº 706

**Requerente:** Maria Nilza Vieira Magalhães Pinhol

**1. O pedido**

A Dr.<sup>a</sup> Maria Nilza Vieira Magalhães Pinhol, médica de saúde pública a prestar serviço no Centro de Saúde da Foz do Douro, solicitou ao Assessor para o Programa de Tuberculose (APT) da Sub-Região de Saúde do Porto *“autorização para obter a listagem dos doentes inscritos no C.D.P em 1997, a fim de colher uma amostra aleatória para consulta de ficheiros e avaliação da evolução económica individual e colectiva”*.

A fundamentar o pedido de acesso a tais dados alega necessitar deles para preparar uma tese de mestrado em Gestão e Economia da Saúde, subordinada ao tema *O impacto económico da tuberculose*.

O APT, no ofício em que submete a questão a parecer desta Comissão, diz que *“a idoneidade de quem se propõe executar este trabalho e as vantagens que daí advêm são (...) de interesse para os diferentes serviços envolvidos na luta contra a tuberculose”*.

Tendo-se solicitado à entidade administrativa requerente informação sobre se os dados pessoais a que a Dra. Maria Nilza Magalhães Pinhol pretende aceder estariam registados e tratados em suporte informatizado, a resposta foi afirmativa.

## 2. O Direito

- 2.1. Perante a referida informação de que os dados pessoais a que se pretende aceder estão tratados em suporte informático segue-se, em face do quadro normativo vigente, que cabe à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd) a emissão do parecer necessário ao acesso, por parte da interessada, aos processos que pretende consultar.
- 2.2. De facto, de acordo com a alínea c) do nº 1 do artigo 23º da Lei da Protecção de Dados Pessoais (LPDP) – Lei nº 67/98, de 26 de Outubro –, compete à CNPD “*autorizar excepcionalmente a utilização de dados pessoais para finalidades não determinantes da recolha, com respeito pelos princípios definidos no artigo 5º*”.

O conceito de “*dados pessoais*”, para efeitos da LPDP, fornece-o a alínea a) do seu artigo 3º. Trata-se, como se constatará da mera leitura do preceito, de um conceito mais amplo do que o contemplado no artigo 4º, nº 1, alínea c), da Lei que regula o acesso aos documentos da Administração (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.

E, dentro dos *dados pessoais*, distingue a LPDP aqueles que, pela sua natureza, são, em princípio, insusceptíveis de tratamento: são os “*dados sensíveis*”, a que se refere o artigo 7º, nº 1, deste diploma – os referentes às convicções filosóficas ou políticas, à filiação partidária ou sindical, à fé religiosa, à vida privada e origem racial ou étnica, à saúde e à vida sexual, incluindo os dados genéticos.

Assim, afigura-se que será necessário, neste caso, um parecer prévio favorável da CNPD para que a interessada possa aceder aos pretendidos documentos.

E, tendo presente o disposto no artigo 7º, nº 7, da LADA, segundo o qual o *acesso aos documentos notariais e registrais, aos documentos de identificação civil e criminal, aos documentos referentes a dados pessoais com tratamento automatizado e aos documentos depositados em arquivos históricos* se rege por legislação própria, haverá que concluir que não há, neste caso, lugar à emissão de parecer por parte da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

Pelo exposto, a CADA delibera remeter o processo à CNPD, dando disso conhecimento à Dra. Maria Nilza Vieira Magalhães Pinhol e ao Assessor para o Programa de Tuberculose da Sub-Região de Saúde do Porto.

Aprovado em sessão da CADA de 20 de Outubro de 1999.

*Castro Martins* (Presidente) – *José Magalhães* – *Silva Marques* – *Narana Coissoró* – *Francisco de Brito* – *Renato Gonçalves* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra*